

1 **COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CIB)**
2 **SANTA CATARINA**

3 ATA Nº 03/2014

4 Ao décimo primeiro dia do mês de agosto de dois mil e quatorze, às treze horas, no
5 Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da Universidade do Planalto Catarinense
6 (UNIPLAC), localizada na Avenida Castelo Branco, 170, Bairro Universitário,
7 Lages/SC, realizou-se a reunião plenária ordinária da Comissão Intergestores
8 Bipartite da Assistência Social (CIB/SC) com a presença dos seguintes membros:
9 representantes da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e
10 Habitação (SST/SC) – Jorge Teixeira (coordenador), Simone Cristina Vieira
11 Machado, Fabiana Vieira, Carolina Freitas, Janaina Maria da Silva, Sandra Regina
12 da Silva Coimbra, e representantes do Colegiado Estadual de Gestores Municipais
13 de Assistência Social (COEGEMAS/SC) – Ana Cláudia da Silveira Quege –
14 Presidente do COEGEMAS (Três Barras), Janifer Otto (São João Batista), José
15 Amarildo Farias (Lages), Tiago Silva (Florianópolis), Claudia Mara Silva (Rio do
16 Sul). Ainda estavam presentes membros suplentes da CIB/SC, gestores e técnicos
17 municipais, representantes da câmara técnica, secretarias regionais e associações
18 de municípios, cuja lista de presença segue anexa. O coordenador da CIB/SC e
19 Secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, Jorge Teixeira,
20 iniciou a reunião desejando boas vindas a todos, e em seguida disponibilizou um
21 tempo para a gestão municipal da assistência social de Lages/SC projetar um vídeo
22 sobre o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
23 (Centro POP) implantado no referido município. Após, passou a palavra a Simone
24 Machado para conduzir os trabalhos da Comissão, iniciando com a apresentação
25 da ordem do dia. Em discussão, foi solicitada a supressão do item: Plano de
26 Acompanhamento e Apoio Técnico aos Municípios de Santa Catarina 2014-2015.
27 Em seguida, a ordem do dia foi aprovada pelo plenário: **1º Apreciação e**
28 **aprovação da ata da reunião anterior:** O plenário aprovou a ata da reunião
29 realizada em 05 de maio de 2014. **2º Correspondências recebidas e expedidas:**
30 A secretária executiva, Liliane Sena, apresentou a relação de ofícios recebidos pela
31 CIB/SC: Ofício nº 31/2014, encaminhado pelo COEGEMAS/SC, solicitando a
32 liberação dos recursos dos Benefícios Eventuais em parcela única aos municípios
33 atingidos pelas enchentes, bem como sugerir a regulamentação do
34 Cofinanciamento Estadual para Situações de Calamidade Pública; Ofício nº
35 32/2014, encaminhado pelo COEGEMAS/SC, solicitando a prorrogação da data da
36 reunião da CIB agendada para 07/07/2014; Ofício nº 33/2014, encaminhado pelo
37 COEGEMAS/SC, solicitando incremento dos recursos financeiros de Benefícios
38 Eventuais aos municípios atingidos pelas enchentes ocorridas no mês de junho do
39 corrente ano; Ofício nº 348/2014, encaminhado pelo GABS/SST, solicitando que a
40 técnica Mônica Alberti seja substituída por Renata Nunes para compor a Câmara
41 Técnica da CIB; Ofício nº 484/2014, encaminhado pelo GABS/SST, solicitando que
42 a técnica Bruna Roberta Floriano seja substituída por Paloma Mariucci para compor
43 a Câmara Técnica da CIB; Ofício nº 29/2014, encaminhado pelo COEGEMAS/SC,
44 informando a exoneração do Secretário Municipal de Assistência Social de

Florianópolis, Sr. Alessandro Abreu, sendo que seu sucessor, Sr. Tiago Silva, assumirá como membro titular representante da capital na CIB; Ofício nº 02/2014, encaminhado pela Câmara Técnica, solicitando a prorrogação da data da reunião da CIB pela necessidade de maior prazo para análise dos questionários sobre a regionalização repassados pelos municípios; Ofício nº 75/2014, enviado pela DIAS/SST, encaminhando documentação comprobatória dos municípios de Pescaria Brava e Urussanga que solicitam adesão ao SUAS e habilitação em gestão básica do SUAS, respectivamente, para apreciação na CIB; Ofício nº 41/2014, encaminhado pelo município de Pescaria Brava, solicitando Adesão ao SUAS; Ofício nº 03/2014, encaminhado pela Câmara Técnica, solicitando prorrogação de prazo para entrega do relatório final sobre o desenho da regionalização a CIB/SC até 10 de novembro de 2014, e espaço de 10 minutos durante os informes na reunião plenária da CIB, a ser realizada em 11 de agosto de 2014, para apresentar brevemente os encaminhamentos e condução dos trabalhos da Câmara Técnica; Ofício nº 623/2014, encaminhado pelo GABS/SST, solicitando prorrogação da data (15/08/2014) para entrega dos documentos que estão pendentes na SST referente aos Cofinanciamentos Estaduais 2014, e propondo que o não envio das documentações pendentes até a data estipulada ocasionará o bloqueio dos recursos, e que os municípios que não enviaram as documentações até a data de 23/06/2014 não receberão recursos de cofinanciamento estadual 2014; e-mail Jerônimo Duarte comunicando que em virtude de compromissos já firmados anteriormente fica inviabilizada a sua participação na data da reunião da CIB; e-mail Felipe dos Reis comunicando ausência na reunião da CIB em virtude de compromissos no município. Na sequência, apresentou a relação de ofícios expedidos pela CIB/SC: Ofício nº 15/2014, encaminha do a COJUR/SST, solicitando confecção de nova Portaria alterando a Portaria nº 026/2014, que designa representantes para comporem a CIB, com mandado vigente até 31/12/2014; Ofício nº 14/2014, enviado ao CEAS, encaminhando as Resoluções CIB “Ad Referendum” nº 08, 09, 10 e 11/2014; Ofício Circular aos municípios de Três Barras, Zortéa, Timbó, Laguna, Rio do Sul, Biguaçu, Blumenau e São José, externando agradecimentos aos gestores dos municípios que tem representação na Câmara Técnica Permanente da CIB/SC pela participação efetiva e integral das técnicas titulares e suplentes na reunião realizada em 22 de maio de 2014, e destacando a importância da participação das técnicas dos municípios nas reuniões que tratará sobre a construção de proposta referente a regionalização do PAEFI e dos Serviços de Acolhimento; Ofício nº 13/2014, enviado ao CEAS, encaminhando para conhecimento, ata nº 01 da reunião plenária ordinária da CIB/SC realizada em 31 de março de 2014, e as Resoluções CIB nº 06 e 07/2014; Ofício nº 17/2014, enviado ao CEAS, encaminhando para conhecimento, Resolução CIB “Ad Referendum” nº 12/2014.

3º Plano Estadual de Capacitação do SUAS de Santa Catarina – PEC SUAS/SC: A analista técnica da SST/SC, Lúcia Medeiros, apresentou a proposta de alteração do Plano Operacional de Capacitação do SUAS elencando a gerência/ coordenação responsável, definição da capacitação, público alvo, local, carga horária, modalidade e status. Este conteúdo passa a ser peça

integrante do PEC SUAS/SC, conforme dispõe a Resolução CIB/SC nº07, de 27 de fevereiro de 2013. Em discussão, Simone Machado informou sobre a inclusão do Curso de Vigilância Socioassistencial do Programa CapacitaSUAS a ser realizado em 2014, ressaltando que a SST/SC está elaborando o Termo de Referência para realização do processo licitatório. Ana Claudia falou sobre as dificuldades de alguns municípios para acessarem a transmissão das web conferências realizadas pela SST/SC. Simone informou que os vídeos estão sendo gravados e disponibilizados no site da SST/SC. Fabiana Vieira informou que estão ocorrendo as Oficinas Intersectoriais sobre Atendimento às Crianças e aos Adolescentes com Deficiência e suas Famílias. A realização das oficinas é uma parceria com o Ministério Público, Secretarias de Estado e Fundação Catarinense de Educação Especial. A programação do evento estará disponível no site da SST/SC. Simone Machado ainda comentou sobre a realização das oficinas de alinhamento que estão sendo organizados a partir dos levantamentos de indicadores, diagnósticos e dados dos monitoramentos realizados pela SST/SC. Informou que a metodologia das oficinas tem como objetivo o trabalho em subgrupos visando discutir questões mais práticas do trabalho (rotinas de trabalho, fluxos de atendimento). Na sequência informou sobre a participação da SST/SC em algumas reuniões das associações de municípios para contribuir com determinados assuntos demandados pelos colegiados. A secretária Claudia Mara falou sobre a importância da proximidade dos locais das capacitações para facilitar o deslocamento e a participação dos trabalhadores. Ainda falou sobre a dificuldade dos trabalhadores estarem disponíveis por longo período de tempo e em datas próximas ao final do ano. Na ocasião, Simone Machado lembrou que a definição dos locais das capacitações depende do processo licitatório, e que a carga horária e ementa dos cursos são definidas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). Lúcia Medeiros informou que as capacitações serão realizadas em duas etapas para evitar que o trabalhador fique uma semana fora de seu município. Janaina da Silva informou que está ocorrendo a Capacitação do Sistema de Benefícios ao Cidadão, e que foram disponibilizadas duas vagas por municípios. Ainda lembrou que no dia 13 de agosto de 2014 inicia o Seminário de Capacitação do Programa BPC na Escola. Simone Machado ressaltou que a Secretaria de Estado da Educação é responsável pela execução financeira do referido seminário. Após discussão, a proposta do Plano Operacional de Capacitação foi pactuada. **4º critérios para definição do público alvo do Programa Nacional de Capacitação dos Trabalhadores do SUAS (CapacitaSUAS):** A analista técnica da SST/SC, Lúcia Medeiros, apresentou a proposta de critérios para definição do público alvo do CapacitaSUAS, no Estado de Santa Catarina, referente ao exercício de 2013/2014, de acordo com os seguintes patamares formativos: I – para capacitação introdutória: “Curso de Introdução ao Exercício do Controle Social do SUAS”, destinado aos seguintes participantes: garantir 01 (uma) vaga aos/as conselheiros/as municipais do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) – representante governamental; garantir 02 (duas) vagas aos/as conselheiros/as municipais do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) – representante

não-governamental, sendo preferencialmente uma vaga para representantes de usuários; garantir 01 (uma) vaga para conselheiros/as estaduais do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) – representante governamental; garantir 02 (duas) vagas para conselheiros/as estaduais do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) – representante não governamental. II – para Cursos de Atualização: “Atualização em Vigilância Socioassistencial do SUAS” destinada aos seguintes participantes: garantir 01 (uma) vaga aos/as trabalhadores/as efetivos em cargo de nível superior efetivo que compõem a Gestão do SUAS; garantir mais 1 (uma) vaga para trabalhadores/as efetivos em cargo de nível superior efetivo que compõem a Gestão do SUAS nos municípios de médio porte; garantir mais 1 (uma) vaga para trabalhadores/as efetivos em cargo de nível superior efetivo que compõem a Gestão do SUAS nos municípios de grande porte; garantir 16 (dezesesseis) vagas aos/as trabalhadores/as da gestão estadual do SUAS, lotados em cargo de nível superior efetivos. III – para Cursos de Atualização: “Atualização sobre interfaces da Proteção Social Básica do SUAS” destinada aos seguintes participantes: garantir 01 (uma) vaga aos/as trabalhadores/as por unidade de CRAS, lotados em cargo de nível superior efetivos que compõem Equipes de Referência dos CRAS; garantir 01 (uma) vaga aos/as trabalhadores/as efetivos em cargo de nível superior efetivo que compõem a Gestão do SUAS; garantir 21 (vinte e uma) vagas aos/as trabalhadores/as da gestão estadual do SUAS, lotados em cargo de nível superior efetivos. IV – para Cursos de Atualização: “Atualização sobre a Organização e Oferta dos Serviços da Proteção Social Especial” destinada aos seguintes participantes: garantir 01 (uma) vaga aos/as trabalhadores/as por unidade de CREAS, lotados em cargo de nível superior efetivos que compõem Equipes de Referência dos CREAS na qualidade de Coordenadores/as; garantir 01 (uma) vaga aos/as trabalhadores/as por unidade de CREAS, lotados em cargo de nível superior efetivos, que compõem a equipe no CREAS para as Medidas Socioeducativas; garantir 01 (uma) vaga aos/as trabalhadores/as por unidade de CREAS, lotados em cargo de nível superior efetivos, que compõem a equipe no CREAS dos Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI; garantir 01 (uma) vaga aos/as trabalhadores/as efetivos em cargo de nível superior efetivo que compõem a Gestão; garantir 01 (uma) vaga aos/as trabalhadores/as por unidade de Centro POP, lotados em cargo de nível superior efetivos que compõem Equipes de Referência dos Centros POP; garantir 01 (uma) vaga aos/as trabalhadores/as por unidade de Acolhimento, lotados em cargo de nível superior efetivos nos Serviço de Acolhimento executados pelo Município na qualidade de Coordenador; garantir 02 (duas) vagas aos/as trabalhadores/as por unidade de Acolhimento, lotados em cargo de nível superior efetivos nos Serviço de Acolhimento executados pelo Município; garantir 28 (vinte e oito) vagas aos/as trabalhadores/as da gestão estadual do SUAS, lotados em cargo de nível superior efetivos, tanto na gestão quanto no provimento do serviço. Em caso da não inscrição de uma vaga de conselheiro não governamental, esta poderá ser preenchida pelo/a secretário/a executivo/a do referido conselho. Quando os municípios não possuem trabalhadores lotados em cargo de nível superior

efetivos no órgão gestor municipal e estadual, as vagas poderão ser disponibilizadas para trabalhadores/as do SUAS celetistas, comissionados ou com outros vínculos não permanentes. Em discussão, alguns representantes do município de Lages questionaram sobre a participação dos trabalhadores no pólo de Tubarão. Simone Machado ressaltou que a definição dos pólos depende de vários elementos, como estrutura universitária e rede hoteleira. Na ocasião, José Amarildo solicitou que seja avaliada a possibilidade dos trabalhadores de Lages se deslocar até o pólo de Joaçaba/SC. Na sequência, a representante da associação de municípios de Concórdia falou sobre a preocupação com a qualidade das oficinas ministradas no programa, ocorrendo no ano anterior, em algumas situações, o esvaziamento das turmas. Sobre o assunto, Simone Machado avaliou que o esvaziamento em alguns pólos deve-se a oferta de cursos introdutórios, não atingindo as expectativas dos inscritos, já que os participantes já tinham aquela qualificação. Lembrou que os cursos deste ano têm temáticas que são mais demandadas pelos participantes. Registrou ainda que Santa Catarina está entre os três estados brasileiros que conseguiram executar o Programa CapacitaSUAS exercício 2012/2013, sendo que houve um curto espaço de tempo para execução. Agora o estado está trabalhando para executar o Programa CapacitaSUAS exercício 2013/2014. Após discussão, a proposta de critérios para definição do público alvo do referido Programa foi pactuada. **5º Apreciação do processo para habilitação em Gestão Básica do SUAS do município de Urussanga:** Fabiana Vieira apresentou a processo de análise dos documentos requerendo a referida habilitação, sendo essa pactuada pelo plenário. **6º Apreciação do processo para Adesão ao SUAS do município de Pescaria Brava:** Fabiana Vieira apresentou a processo de análise dos documentos requerendo a referida adesão, sendo essa aprovada pelo plenário. **7º Homologação Resoluções Ad Referendum que dispõem sobre prorrogação de prazos:** o plenário homologou as Resoluções CIB “Ad Referendum” nº 08, nº 09, nº 10, de 23 de maio de 2014, e nº 11, de 08 de maio de 2014; e a Resolução CIB “Ad Referendum” nº 12, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre estabelecimento de prazo para entrega de documentos pendentes para retificação referente ao cofinanciamento estadual em 2014 de Benefícios Eventuais e dos Serviços ofertados no âmbito da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, e dá outras providências. Na ocasião, Ana Claudia questionou à SST/SC sobre a situação dos municípios que apresentaram pendência na documentação referente a nomenclatura no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), e ainda não conseguiram fazer a alteração. Simone Machado afirmou que o estado não deixará de repassar os recursos por conta da não alteração da nomenclatura do CNPJ, justificando que essa alteração é uma solicitação da SST/SC para que seja facilitado o trabalho dessa secretaria. Lembrou ainda que têm municípios que estão recebendo recursos do cofinanciamento estadual, mas que apresentam pendências na documentação. Esses municípios devem regularizar a situação até 15 de agosto de 2014. Caso contrário, os recursos serão bloqueados. Informou que a relação de municípios com

221 a sua respectiva situação está disponível no site da SST/SC. Informou ainda que
222 está em situação de pagamento o repasse para 197 (cento e noventa e sete)
223 municípios que aderiram ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, 57
224 (cinquenta e sete) municípios que aderiram ao cofinanciamento para os serviços de
225 Proteção Social Especial de Média Complexidade, 106 (cento e seis) municípios
226 que aderiram ao cofinanciamento para os serviços de Proteção Social Especial de
227 Alta Complexidade e 273 (duzentos e setenta e três) municípios que aderiram ao
228 cofinanciamento para os serviços de Proteção Social Básica. Salientou que a
229 SST/SC está flexibilizando os pagamentos para os municípios que se encontram
230 com pendências na documentação, destacando que o estado está trabalhando para
231 que o processo de repasse de recursos ocorra o mais breve possível. Em seguida,
232 Ana Claudia apresentou a SST/SC duas solicitações do COEGEMAS/SC: 1º que
233 seja solicitado aos Prefeitos uma justificativa sobre a não realização de adesão ao
234 cofinanciamento estadual. 2º que o estado regulamente o repasse fundo a fundo,
235 de forma regular e automática, para que os municípios não deixem de receber os
236 recursos do cofinanciamento, pois se a cada ano o estado for conveniando, sempre
237 existirão as mesmas dificuldades. Na ocasião, o Secretário de Estado e
238 coordenador da CIB/SC, Jorge Teixeira, falou que o mais lógico, inteligente e fácil,
239 é o processo de repasse fundo a fundo. No entanto, a Secretaria Estadual da
240 Fazenda solicita que todos os documentos dos municípios estejam em dia para que
241 ocorra a prestação de contas, e destacou que não existe um percentual fixo para a
242 Assistência Social. Informou ainda que esse trabalho deve ser feito junto a
243 Secretaria Estadual da Fazenda. Solicitou ao COEGEMAS/SC que encaminhe um
244 ofício a SST/SC sobre o assunto. **8º Substituição de membros da Câmara**
245 **Técnica da CIB/SC:** o plenário aprovou a alteração da Resolução nº 20, de 29 de
246 abril de 2013, que dispõe sobre composição da Câmara Técnica Permanente da
247 CIB/SC, designando Renata Nunes, indicada pela SST/SC, para compor a
248 suplência da Câmara Técnica Permanente da CIB/SC, representando o Órgão
249 Gestor Estadual, em substituição a Mônica Albert Lipski; e designando Paloma
250 Mariucci, indicada pela SST/SC, para compor a titularidade da Câmara Técnica
251 Permanente da CIB/SC, representando o Órgão Gestor Estadual, em substituição a
252 Bruna Roberta Floriano. **9º Informes: Informe Câmara Técnica** – Maria Eunice
253 Bernat, coordenadora da Câmara Técnica, apresentou o processo de condução e
254 encaminhamentos dos trabalhos da Câmara Técnica sobre a regionalização do
255 PAEFI e dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. **Informe DIAS**
256 **– SST/SC** – Carolina Freitas informou que em maio de 2014, o órgão gestor
257 encaminhou para apreciação do CEAS/SC o Plano Estadual de Assistência Social.
258 Em seguida, informou que no mês de junho de 2014 foi enviado para todos os
259 municípios do estado questionário com levantamento socioeconômico para ser
260 respondido por todos os municípios que receberam imigrantes. O objetivo é fazer
261 um levantamento fidedigno e quantitativo de imigrantes que passaram a residir em
262 Santa Catarina e verificar quais são suas maiores necessidades, lembrando que é
263 papel da política de assistência social acompanhar e monitorar essas famílias que
264 poderão estar em situação de vulnerabilidade. Desta forma, a SST/SC propõe

265 repassar o saldo remanescente dos cofinanciamentos estaduais para o
266 cofinanciamento de Benefícios Eventuais para os municípios que estão recebendo
267 os imigrantes e enfrentando dificuldades como moradia, alimentação, roupas para o
268 frio intenso, etc. Em discussão, os participantes levantaram várias dificuldades para
269 o atendimento dessa população, e o Secretário fez um alerta em termos de saúde
270 pública dessa população. Sobre a proposta de repasse do saldo remanescente
271 para o cofinanciamento de Benefícios Eventuais para os municípios que estão
272 recebendo os imigrantes, Ana Claudia informou que após discussão em reunião do
273 COEGEMAS/SC, esse plenário propôs que existam recursos específicos de
274 emergência para essa população no âmbito do governo federal, considerando que
275 os valores repassados para Benefícios Eventuais, no âmbito do estado, são
276 pequenos. Sandra Coimbra salientou a responsabilidade da assistência social no
277 acolhimento dessa população. Uma das questões que vem vulnerabilizando essa
278 população é a questão do aluguel, e o aluguel social pode ser custeado com
279 recursos dos Benefícios Eventuais. Ainda falou da importância da busca ativa e do
280 trabalho intersetorial. Simone Machado reiterou a importância de um trabalho
281 articulado com as demais políticas públicas, e informou que o levantamento
282 finalizado pelo estado gerará desdobramentos em relação às ações com outras
283 secretarias e setores. Lembrou que essa idéia foi trazida para ser amadurecida na
284 reunião da CIB de setembro, consolidando com o questionário já finalizado. Ainda
285 falou sobre a possibilidade de solicitar a inclusão de uma subação no orçamento
286 prevista para esses casos. Ana Claudia solicitou o encaminhamento ao
287 COEGEMAS/SC dos valores do saldo remanescente e do diagnóstico resultante do
288 referido levantamento, com antecedência a reunião da CIB/SC, para que o
289 colegiado estude e também faça a sua proposta. Outros participantes falaram sobre
290 a falta de uma legislação mais rigorosa, e que a discussão deve ser levada a esfera
291 federal. Janifer Otto falou que a proposta apresentada pela SST/SC seria uma
292 medida paliativa, e que seria necessário levar essa demanda do estado ao governo
293 federal. Simone Machado disse que a SST/SC vai findar a análise do questionário
294 até a próxima CIB/SC, sendo que os municípios que ainda não responderam aos
295 questionários deverão entregá-los até o dia 20 de agosto de 2014. Após, será
296 trazido a CIB/SC, em setembro, um panorama da situação e os desdobramentos e
297 articulações que serão feitos no estado. Ainda informou que será pensada
298 internamente na Secretaria uma proposta de destinação dos recursos do saldo
299 remanescente. **Outros Informes da DIAS/SST-SC** – esclarecimentos sobre o
300 Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
301 (SISC); Capacitação do Sistema de Benefícios ao Cidadão (SIBEC), realizada de
302 15 de julho de 2014 a 08 de outubro de 2014; Encontro Intersetorial do Programa
303 Bolsa Família, realizado nos dias 09, 10 e 11 de setembro de 2014; Capacitação
304 dos Novos Entrevistadores do Formulário do Cadastro Único, a realizar-se nos dias
305 23, 24 e 25 de setembro de 2014; Seminário BPC Escola, realizado em duas
306 etapas, com a duração de 20 horas, nas seguintes datas: de 13 a 15 de agosto de
307 2014, para os municípios do Grupo 01, e do dia 17 a 19 de setembro de 2014, para
308 os municípios do Grupo 02; participação da DIAS/SST no Encontro Intersetorial das

309 Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), I
310 Seminário Nacional da Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS, 2º
311 Encontro Trimestral de Apoio Técnico à Gestão Estadual, Encontro Nacional de
312 Apoio Técnico decorrente do Monitoramento da Execução Financeira, VIII Encontro
313 Nacional de Monitoramento e Vigilância Socioassistencial, Encontro Regional sobre
314 Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social – Região
315 SUL; realização da Web Conferência sobre a Utilização dos Recursos repassados
316 pelo Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) aos Fundos Municipais de
317 Assistência Social (FMAS). Após, foi acordado que será alterada a data da reunião
318 da CIB/SC, em setembro, no município de Itá/SC, e o local da reunião da CIB/SC,
319 em novembro, para Florianópolis. Para finalizar, o coordenador agradeceu o
320 acolhimento do município de Lages/SC e a presença de todos os presentes. Nada
321 mais havendo a tratar, eu Liliane Sena, secretária executiva da CIB/SC, lavrei a
322 presente ata.